



# TENDÊNCIAS ATUAIS E PERSPETIVAS FUTURAS EM ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

ATAS DO III CONGRESSO ISKO ESPANHA-PORTUGAL  
XIII CONGRESSO ISKO ESPANHA

*Universidade de Coimbra, 23 e 24 de novembro de 2017*

Com a coordenação de

---

Maria da Graça Simões, Maria Manuel Borges

TÍTULO

Tendências Atuais e Perspetivas Futuras em Organização do Conhecimento: atas do III Congresso ISKO Espanha e Portugal - XIII Congresso ISKO Espanha

COORDENADORES

Maria da Graça Simões  
Maria Manuel Borges

EDIÇÃO

Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX - CEIS20

ISBN

978-972-8627-75-1

ACESSO

<https://purl.org/sci/atas/isko2017>

COPYRIGHT

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>)

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE



FLUC FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

2



CEIS 20  
CENTRO DE ESTUDOS  
INTERDISCIPLINARES  
DO SÉCULO XX  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

**FCT**

Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

PROJETO UID/HIS/00460/2013



## POSSIBILIDADES E VIABILIDADE DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA DESDE A PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO DIANTE DOS DESAFIOS DE SUA RECUPERAÇÃO

Angelica Alves da Cunha Marques<sup>1</sup>, Thaianie Honda Cotts<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade de Brasília (UnB), 0000-0003-4642-5912, [angelicacunha@unb.br](mailto:angelicacunha@unb.br)

<sup>2</sup>Universidade de Lisboa (Ulisboa), 0000-0001-9949-3834, [thondacotts@gmail.com](mailto:thondacotts@gmail.com)

**RESUMO** Esta comunicação objetiva compreender a relevância da descrição arquivística desde a criação dos documentos, considerando a transversalidade das informações produzidas, organizadas, recuperadas, acessadas e utilizadas nos arquivos. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica na literatura da Arquivologia e da Ciência da Informação. Os resultados demonstram que, embora os fundamentos epistemológicos da Arquivologia ainda ressoem como basilares, há que se pensar na sua viabilidade, de maneira a se reformular os processos de criação, produção, organização, representação, recuperação, acesso e utilização dos documentos de arquivo. Amparados por instrumentos conceituais, metodológicos e produtos advindos do trabalho do arquivista, deve-se redimensionar esses fundamentos mediante os desafios contemporâneos, ampliados e aprofundados quanto à organização e à recuperação dessas informações diante das leis de acesso à informação.

**PALAVRAS-CHAVE** *Descrição arquivística, representação da informação, recuperação da informação, fundamentos arquivísticos.*

**ABSTRACT** This communication aims to understand the relevance of the archival description from the creation of the documents, considering the transversality of the information produced, organized, retrieved, accessed and used in the archives. Within this article is a bibliographical research of the Archival Science and Information Science's Literature. The results show that, although the epistemological foundations of Archival Science still resonate as basilar, one has to think about its viability, to reformulate the processes of creation, production, organization, representation, retrieval, access and use of archival documents. Supported by conceptual, methodological and product tools derived from the archivist's work, these fundamentals must be re-dimensioned through contemporary, expanded and in-depth challenges regarding the organization and retrieval of this information under the laws of access to information.

**KEYWORDS** *Archival description, information representation, information retrieval, archives fundamentals.*

**COPYRIGHT** Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>)

## INTRODUÇÃO

Se informação é o que é informativo para determinada pessoa (Capurro; Hjørland, 2007), os diversos conceitos de informação que perfazem o objeto de estudo da Ciência da Informação em torno da compreensão da sua criação, da sua organização, da sua recuperação, do seu acesso e dos seus usos são,

inexoravelmente, perpassados por contextos e necessidades específicos, mesmo que reflitam demandas sociais.

Semelhantermente, ainda que em abordagens mais contingenciais, o objeto de estudo, os métodos e as técnicas arquivísticas também impõem da compreensão dos contextos e das necessidades que conduzem a criação, a produção, a organização, a recuperação, o acesso e os usos dos documentos de arquivo, independentemente da fase nas quais os conjuntos documentais se encontrem – corrente, intermediária ou permanente.

A descrição arquivística, um dos métodos de representação da informação orgânica registrada, ou seja, dos documentos de arquivo e dos contextos da sua produção, acumulação e usos (Esteban Navarro, 1995), é apontada em grande parte da literatura da área como uma atividade típica dos arquivos permanentes. Para Bellotto (2006, p. 179), por exemplo, “Não se trata mais da utilização do documento pelo produtor, do seu valor primário, ligado à própria razão de ser do ato escrito consignado no documento; a descrição destina-se àquele cuja tarefa é explorar o que restou, após ter cumprido a finalidade administrativa ou jurídica do ato”. Desse modo, prossegue a autora, “o processo de descrição consiste na elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização de dados”.

Assim, por muito tempo, os documentos correntes, nutridos pelo seu valor primário, não eram objeto da descrição; os documentos que apresentavam predominantemente valor secundário eram, por sua vez, considerados em seu potencial informacional na perspectiva histórica. O processo de descrição limitava-se aos arquivos permanentes e objetivava a elaboração de instrumentos de pesquisa alinhados ao papel social do arquivo, com a difusão e promoção do acesso informacional para usuários diversos. Para Schellenberg:

Ao realizar esse trabalho, o arquivista se inteira da procedência, do conteúdo, do arranjo e do valor dos papéis. Esses dados são por ele registrados em instrumentos de busca que servem a um duplo propósito: a) tornar os papéis conhecidos às pessoas que possam vir a se interessar pelos mesmos; e b) facilitar ao arquivista a pesquisa. (Schellenberg, 2006, p. 313).

Nesse sentido, a descrição não se limita à elaboração de instrumentos de pesquisa (Oliveira, 2012), tampouco às atividades relacionadas aos arquivos permanentes (Rodrigues, 2003). Considerando essa perspectiva mais abrangente da descrição, esta comunicação busca compreender a relevância da descrição arquivística desde a criação dos documentos, considerando a transversalidade das informações produzidas, organizadas, recuperadas, acessadas e utilizadas nos arquivos, bem como dos desafios decorrentes das leis de acesso à informação, ou seja, o dever do Estado de preservação dos documentos e o direito de acesso, por parte dos cidadãos.

A pesquisa que resulta nesta comunicação caracteriza-se como qualitativa, exploratória, descritiva e bibliográfica mediante breve pesquisa em algumas bases de dados e repositórios digitais (Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO.br) e B-on: Biblioteca do conhecimento on-line). Assim, argumentos para a descrição de documentos de valor primário foram buscados a partir da literatura da Ciência da Informação, numa perspectiva mais ampla, e da Arquivologia, mais especificamente, tendo em vista o conhecimento e a compreensão dos métodos e modelos já propostos, no âmbito dos elementos necessários ao alcance da gestão estratégica da informação e da gestão de documentos.

A partir dessa breve revisão de literatura, observamos que, apesar de ressoarem como basilares, os fundamentos arquivísticos se deparam com desafios contemporâneos – novos modelos de organizações, transformação do perfil dos usuários, novos suportes documentais, leis de acesso à informação, novas tecnologias de informação e de comunicação. Nessa nova perspectiva, surge a necessidade do seu redimensionamento, tal como a reformulação dos processos de criação, produção, organização, representação, recuperação, acesso e utilização dos documentos de arquivo, de forma que sejam ampliados e aprofundados quanto à organização e à recuperação dessas informações.

Os resultados da pesquisa bibliográfica ainda são parciais, dada a variedade da literatura nesse sentido, mas já demonstram essa nova perspectiva e a necessidade de reavaliação da viabilidade de aplicação dos fundamentos da Arquivologia tais como eles foram criados, amparados por instrumentos conceituais, metodológicos e produtos advindos do trabalho do arquivista, como manuais de gestão de documentos, planos de classificação, tabelas de temporalidade e instrumentos de pesquisa.

## A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA NA LITERATURA

A descrição arquivística é um tema recorrente nas discussões da área. Seu destaque aumentou consoante o aumento da necessidade de explicitar o contexto de produção dos conjuntos documentais, pois cabe a ela viabilizar o entendimento das informações registradas (documentos) com o seu contexto de produção e acumulação. Inicialmente uma ferramenta de controle dos acervos permanentes sob a custódia das organizações, passa também a exercer o papel de facilitadora da recuperação e do acesso aos documentos. Carucci evidencia que:

[...] o documento interessa por seu conteúdo, pelas informações que transmite. Todavia, as notícias que ali são representadas ou descritas requerem, de quem as adequa às capacidades técnicas, que sejam traduzidas em cânones de representação, os quais, por sua vez, podem constituir objeto de análise, sendo, esses testemunhos diretos da atividade de documentar. (Carucci apud Lopes, 2000, p. 83).

Os potenciais usos dos documentos de arquivo são também apresentados por Duranti, que afirma que:

Os registros, além das necessidades do direito e da história, servem à “transparência das ações”, um novo e atraente nome para o que mais tradicionalmente constitui a obrigação de prestar contas (*accountability*) tanto do ponto de vista administrativo quanto histórico. (Duranti, 1994, p. 55)

Essa autora também lembra a naturalidade da acumulação dos documentos de arquivo, ao afirmar que:

Os registros arquivísticos não são coletados artificialmente, mas acumulados naturalmente nas administrações, em função dos seus objetivos práticos; os registros arquivísticos se acumulam de maneira contínua e progressiva, como sedimentos de estratificações geológicas, e isto os dota de um elemento de coesão espontânea, embora estruturada (organicidade). (Duranti, 1994, p. 3)

Considerando então o inter-relacionamento entre os documentos que compõem um fundo e o contexto de sua produção e acumulação, há que se pensar em maneiras que permitam a recuperação dos documentos de forma que esse contexto seja preservado. Esse contexto, relacionado ao conteúdo semântico e ao processo de criação dos documentos, engloba a informação registrada em cada documento, bem como no seu conjunto (fundo), refletindo a forma, a estrutura organizacional e os processos administrativos que os originam. E é a preservação desse contexto que viabiliza o registro e

a compreensão dos laços que unem a informação registrada com o processo que a gerou. Segundo Sousa (2014):

À medida que os documentos vão sendo acumulados, estabelecem relações entre si. Eles estão unidos por um elo criado no momento em que são produzidos e recebidos, determinado pela razão de sua elaboração e que é necessário à própria existência e a capacidade de cumprir seu objetivo. Eles são um conjunto indivisível de relações intelectuais, onde o “todo é maior que a soma de suas partes”. (Sousa, 2014, p. 7).

A descrição arquivística de documentos é um processo subjetivo e intelectual. O profissional responsável por essa atividade deve dominar as capacidades de interpretação textual, do idioma em uso e suas regras gramaticais, além de conhecer a história, legislação e hierarquia da instituição. A exemplo de Schellenberg (2006), Heredia Herrera afirma que:

A descrição é o meio utilizado pelo arquivista para obter a informação contida nos documentos e oferecê-la aos interessados nela. A descrição persegue dois objetivos: dar informação aos demais e facilitar o controle pelo arquivista. (Heredia Herrera, 1988, p. 300, tradução nossa).

Para Cruz Mundet (2001, p. 256, tradução nossa), o objetivo da descrição é tornar os fundos documentais eficazmente acessíveis. Ele afirma que “a descrição dos documentos constitui a parte culminante do trabalho arquivístico e coincide exatamente com sua finalidade própria com a da própria documentação: informar”.

Tradicionalmente, a descrição dos documentos de arquivo era realizada a partir da memória do descritor, e construída de maneira breve e objetiva. Nas organizações tradicionais, a memória da instituição era mantida pelos funcionários que nelas trabalhavam há anos e que conheciam bem a sua história. Os registros eram comumente feitos com base em numeração de caixa e de documentos, listagens, materiais de acondicionamento, ou mesmo listas de assuntos ou palavras-chave (que eram considerados descritores). Esse processo de descrição acarretava perda ou comprometimento do significado informacional.

Em 1898, a Associação dos Arquivistas Holandeses publica um manual que apresenta um padrão para a realização da descrição de documentos, com normas para as práticas dos profissionais de arquivos (Mueller, Feith e Fruin, 1960). O capítulo dedicado à descrição aborda os procedimentos a serem seguidos para a elaboração dos diversos instrumentos de pesquisa, sem chegar a definir claramente o que era entendido como “descrição”. Discutem-se os tipos de instrumentos de pesquisa, seu grau de detalhamento e a importância de serem seguidas regras, tais como o tratamento do acervo como um todo antes de se descrever um fundo ou uma série em particular. A intenção do texto parece ser a de estabelecer um procedimento propriamente arquivístico que contemplasse o conjunto dos documentos do arquivo, diferente das práticas dos historiadores (especialmente aqueles de orientação positivista), que se dedicavam em maior profundidade aos documentos considerados mais “importantes” (Hagen, 1998).

Ainda segundo essa autora, as primeiras tentativas de padronização na área foram os dicionários de termos técnicos. A descrição passou, assim, a ser objeto de esforços de padronização basicamente em função do impacto de novas tecnologias e, para se beneficiar desses recursos, a comunidade arquivística teve de desenvolver a comunicação do conhecimento, envolvendo conceitos utilizados por outras disciplinas (Hagen, 1998).

Mesmo assim, vários autores da Arquivologia reconhecem a descrição como uma função típica dos arquivos permanentes, como é o caso de Bellotto (2006). Apesar de definir o processo de descrição como ininterrupto (visto que a incorporação ou produção de novos documentos não finda), ela afirma que:

Ela [a descrição] não cabe nos arquivos correntes, onde seu correspondente é o estabelecimento dos códigos do plano de classificação – que acabam por servir de referência para a recuperação da informação –, assim como de outras categorias de controle de vocabulário e indexação que se usem para o mesmo fim. Tampouco a descrição faz sentido no âmbito dos arquivos intermediários, onde a frequência de utilização secundária é quase nula. (Bellotto, 2006, p. 173)

Essa limitação da descrição aos documentos de guarda permanente pode ser justificada pela complexidade do trabalho arquivístico quando da elaboração dos instrumentos de pesquisa, criados especificamente para tornar possível a busca por informações.

Há, também, perspectivas mais amplas da descrição, a exemplo do que é apresentado nas normas internacionais de descrição, que preconizam que o arquivista tem o trabalho subjetivo de preservar a história e o contexto de produção, acumulação e organização dos documentos. De acordo com a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(G)):

O objetivo da descrição arquivística é identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos. Isto é alcançado pela criação de representações precisas e adequadas e pela organização dessas representações de acordo com modelos predeterminados. **Processos relacionados à descrição podem começar na ou antes da produção dos documentos e continuam durante sua vida.** Esses processos permitem instituir controles intelectuais necessários para tornar confiáveis, autênticas, significativas e acessíveis descrições que serão mantidas ao longo do tempo. (Conselho Internacional de Arquivos. ISAD-G, 2000, p. 11, grifos nossos).

Portanto, essa norma prevê a descrição arquivística independentemente da fase documental e reconhece a descrição no âmbito das diversas intervenções do arquivista.

De uma forma geral, a descrição ganhou consistência com a definição de normas internacionais, que buscam a padronização do processo. Cabe a cada país discuti-las, adaptá-las e colocá-las em uso. A aplicação dessas normas pode significar o intercâmbio efetivo de informações, mediante regras internacionalmente definidas que buscam conferir credibilidade e fiabilidade ao trabalho. Nessa perspectiva, a descrição possibilita acesso às informações de domínio público, sejam elas dotadas de valor administrativo, informacional, probatório e/ou histórico.

As informações contextuais dos documentos arquivísticos assumiram um papel de maior destaque na descrição com a publicação da ISAD(G), pois os dados contextuais ganharam importância para a interpretação e compreensão do conteúdo descrito. Os instrumentos tradicionais do processo de descrição arquivística tiveram seus papéis redimensionados, a descrição ultrapassou formatos e suportes tradicionais, que passaram a ser utilizados de maneira mais conectada e integrada. O processo de representação da informação passou de intuitivo e empírico a um processo baseado no objeto (arquivo em todas as suas dimensões) e em normas sedimentadas na teoria arquivística.

As normas de descrição arquivística são fundamentalmente elaboradas para assegurar que as descrições dos documentos de arquivo sejam consistentes, apresentem conteúdo relevante e explícito. Mas para alcançar esse nível de resultados, as normas devem ser adotadas e implementadas por todas as



organizações. Deve-se encontrar um caminho que respeite a história e a tradicional descrição arquivística, mas que viabilize o incremento dos procedimentos, de forma que os documentos sejam entendidos, potencialmente representados com base em sua proveniência e que a descrição seja completa.

Lopes (2009) entende a descrição como um processo que se inicia na classificação e tem continuidade no processo de avaliação. Assim, as funções de classificar, avaliar e descrever documentos de arquivo devem ser consideradas complementares. Na prática, trata-se de identificar um conjunto documental, classificá-lo – e, dessa forma, criar o primeiro nível avaliativo e descritivo – e elaborar uma primeira representação do conteúdo avaliado. Enquanto a classificação estabelece as relações lógicas dos conjuntos documentais, a descrição é construída mediante textos explicativos, mas sintéticos e espontâneos. O processo de descrição deve ser aplicado na classificação dos documentos e continuar durante todo o tratamento documental.

Desse modo, Lopes (2009) defende que todas as operações intelectuais possuem natureza descritiva. Daí a dificuldade em dissociar os processos de classificação, avaliação e descrição dos documentos. A descrição de documentos está relacionada a atividades de diferentes níveis descritivos: nos planos de classificação, quando da definição dos fundos e suas subdivisões; nas tabelas de temporalidade e destinação de documentos, na definição do que dever ser mantido sob custódia, por quanto tempo guardar, se é permanente ou descartável; nos instrumentos de pesquisa; na difusão dos conteúdos informacionais, como em sítios eletrônicos de instituições arquivísticas.

Semelhantemente, Sousa defende a relação entre as funções arquivísticas, destacando o papel da classificação como o ponto de partida desses processos:

Para realizar a descrição de documentos de arquivo precisamos partir dos conjuntos documentais definidos pelo processo classificatório e representados nas unidades de classificação. Todos os instrumentos de descrição ou de pesquisa partem das unidades de classificação (fundo, série, subsérie) para descrever. (Sousa, 2014, p. 4).

Haworth (2001) aborda a necessidade de descrições arquivísticas que retomem o contexto administrativo dos documentos, além de uma definição mais aprofundada sobre o seu conteúdo, apresentando elementos da estrutura organizacional, do contexto e do conteúdo dos conjuntos documentais. Com vistas às relações intelectuais que são estabelecidas entre esses elementos, destaca a necessidade de abordar o processo de descrição como uma forma contínua e fluida de representação da informação. A descrição deve se iniciar na criação do documento, acontecer durante seu trâmite e, também, depois da definição da sua destinação final.

A descrição arquivística, segundo MacNeil (2005), visa à promoção do acesso a documentos arquivísticos; ao entendimento do acervo a partir do registro do seu contexto, da estrutura e do conteúdo; e ao registro da cadeia de custódia dos documentos, seu arranjo, contexto de produção e tramitação para que seja possível presumir a autenticidade. Nessa perspectiva, a descrição supera o viés de instrumento de pesquisa para arquivos permanentes e passa a ser um complexo processo que pode auxiliar na garantia de autenticidade dos documentos de arquivo, assim como na preservação da sua integridade. Essa perspectiva do processo de descrição aplicado desde a produção dos documentos resguarda a autenticidade dos documentos e salienta aos usuários uma imagem confiável do arquivo e de quem possui sua custódia. Contudo, apesar da busca pela descrição completa, deve-se ter em mente que não



é possível representar todo o conteúdo do acervo, dada a complexidade do processo e os diversos recursos nele envolvidos.

Tradicionalmente, o arquivista elabora e se apoia em instrumentos de pesquisa que representam o conteúdo dos documentos (guia, inventário, catálogo, catálogo seletivo, índice, edição de fontes). Esses instrumentos são um produto da descrição de documentos, mas não são suficientes para representar todos os significados do conjunto documental. Por isso, é tão necessário ao arquivista conhecer a estrutura do produtor documental, como mediador das informações orgânicas registradas. Lopes (2009) afirma que “é preciso saber ler, interpretar e escrever, estar em sintonia com os problemas do mundo contemporâneo, em especial com os do seu país, conhecer métodos e técnicas de pesquisa e, sobretudo, estar pronto para aprender a aprender”. Nesse aspecto, a explicitação do contexto ganha cada vez mais força no processo de descrição dos documentos.

Os instrumentos de descrição arquivística devem, assim, retomar o contexto de produção e acumulação dos documentos, permitindo ao arquivista conhecer o conteúdo do fundo, além de orientar os usuários e facilitar a busca pela informação. Conforme Lopes (2009), a documentação organizacional deve ser produzida e descrita de forma normalizada e padronizada, conforme previsto nas normas internacionais e nacionais de descrição. Isso significa que ela deverá ser consistente, adequada e autoexplicativa; além de facilitar a recuperação dos documentos, de tornar a informação um ativo organizacional e proporcionar a sua troca.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionada às demais funções arquivísticas no seu objetivo comum de possibilitar e facilitar o acesso aos documentos/informações arquivísticas, a descrição cumpre essencial papel desde a criação dos documentos até a elaboração dos instrumentos de pesquisa, ao representar as informações contidas nesses documentos e o contexto funcional da sua produção e acumulação. Ao reconstruir o contexto arquivístico dos documentos pertencentes ao fundo durante a descrição, o arquivista deve evidenciar os fatos, os processos de produção e preservação, bem como as tomadas de decisões que participaram da origem dos documentos que estão sob sua análise. Por isso, ter disponível uma definição de elementos que torne possível a descrição de documentos em qualquer fase do ciclo documental corrobora para assegurar a integridade e fidedignidade dos conjuntos documentais.

Se, por um lado, o Estado tem o dever de preservar os seus arquivos como patrimônio histórico-cultural, por outro lado, o cidadão tem o direito de a eles recorrer para satisfazer as suas necessidades de informação. O arquivista, como mediador desses processos – planejamento, organização, preservação, promoção do acesso e usos dos documentos – deve pautar a sua atuação nos princípios científicos, nos métodos e nas técnicas arquivísticas, alinhados às demandas contemporâneas de informação, perpassadas por desafios diversos. Desse modo, deve estudar e aplicar de forma crítica os fundamentos arquivísticos, explorando as potencialidades e a viabilidade da descrição de documentos arquivísticos desde a sua produção, superando as limitações da sua realização somente nos arquivos permanentes. Afinal, há documentos que já são produzidos com valor histórico e há documentos históricos que são reivindicados para demandas administrativas, ultrapassando as fronteiras das três idades documentais anunciadas em parte da literatura da área.

Compreendemos que as principais funções da descrição arquivística relacionam-se (mas não se restringem) à elaboração de mecanismos de acesso a partir da explicitação das relações entre os documentos e as funções que o geraram. Analisar essas funções a fundo evidencia a pertinência da descrição de documentos nas fases corrente, intermediária e permanente. Afinal, os objetivos de controle e acesso estão presentes em todas as fases documentais e a sua aplicação deve estar aliada ao emprego do plano de classificação de documentos e ao controle da sua temporalidade, a fim de que se definam as relações entre os documentos e se preserve as suas inter-relações.

Nesse sentido, a descrição do contexto de produção/acumulação de documentos, bem como da missão, das funções, das atividades e da estrutura institucional (considerando as suas mudanças ao longo do tempo) no âmbito do planejamento da sua criação é vislumbrada como um processo necessário para a economia de recursos (temporais, materiais e humanos), além de possibilitar a celeridade no processo de recuperação da informação já na sua gênese. Dessa forma, os vários desafios para a gestão estratégica da informação (como a grande quantidade de informações produzidas, acumuladas, armazenadas e distribuídas; e a alta velocidade de mutação das formas e dos conteúdos) podem ser superados se a organização investir insumos no planejamento e na implementação de políticas que visem à gestão estratégica da informação.

A descrição padronizada dos metadados, de acordo com tesouros, pode também otimizar a indexação de documentos e, conseqüentemente, agilizar o seu trâmite e a sua recuperação. E até mesmo nas atividades mais simples, como na elaboração de espelhos e guias-fora e no endereçamento de caixas e pastas, a descrição pode ser um processo relevante para a organização padronizada dos documentos com valor predominantemente administrativo, de forma a resguardar os seus vínculos com o contexto funcional de produção/acumulação e com os outros documentos que estejam nesse contexto.

Considerando essas leituras que redimensionam o processo de descrição de forma a contemplá-lo em todas as fases do ciclo documental, observamos que a comunidade arquivística parece conceber a descrição como um procedimento mais econômico, visto que ele passa a ser implementado desde a origem dos documentos, mas de forma que o acesso, a utilização e o entendimento dos conteúdos representados se tornem cada vez maiores, com custos mais dosados.

Os resultados da pesquisa bibliográfica em curso demonstram que, embora os fundamentos epistemológicos da Arquivologia ainda ressoem como basilares, há que se pensar na sua viabilidade, de maneira a se reformular os processos de criação, produção, organização, representação, recuperação, acesso e utilização dos documentos de arquivo. Amparados por instrumentos conceituais, metodológicos e produtos advindos do trabalho do arquivista, como manuais de gestão de documentos, planos de classificação, tabelas de temporalidade e instrumentos de pesquisa, deve-se redimensionar os fundamentos arquivísticos mediante os desafios contemporâneos, ampliados e aprofundados quanto à organização e à recuperação dessas informações diante das leis de acesso à informação.

Portanto, há avanços no estudo da descrição como um amplo processo, até mesmo já normatizado internacionalmente, que merecem ser estudados contingencialmente, para atender demandas particulares de informações, de modo a explorar a potencialidade informativa dos documentos de arquivo, independentemente da fase ou dos valores que majoritariamente os perpassem.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bellotto, H. L. (2006). Arquivos permanentes: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- Capurro, R., Hjørland, B. (2007). O conceito de informação: Perspectivas em Ciência da Informação, 12, (1), p. 148-207.
- Conselho Internacional de Arquivos. (2000). Comitê de Normas de Descrição. ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Cruz Mundet, J. R. (2001). Manual de arquivística. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez. Biblioteca del Libro.
- Duranti, L. (1994) Registros documentais contemporâneos. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 7, (13), p. 49-64.
- Esteban Navarro, M. A. (1995). La representación y la organización del conocimiento en los archivos: los lenguajes documentales ante los procesos de clasificación, ordenación y descripción. In: GARCÍA MARCO, F. J. (ed.). Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación. Actas del I Encuentro de ISKO. España, Madrid, 4-5 noviembre de 1993. Librería General: Zaragoza, Espanha, p. 65-90.
- Hagen, A. M. (1998) Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. Ciência da Informação, Brasília, 27(3), p. 293-299.
- Haworth, K. M. (2001) Archival description: content and context: in search of structure. In: PITTI, D. V.; DUFF, W. M. (Orgs.). Encoded Archival Description on the Internet. New York: The Haworth Information Press.
- Heredia Herrera, Antonia. (1988). Arquivística general: teoría y práctica. Sevilla: Diputación.
- Lopes, L. C. (2000) A nova Arquivística na modernização administrativa. Rio de Janeiro: [s.n.].
- Lopes, L. C. (2009) A nova arquivística na modernização administrativa. Brasília: Projecto Editorial.
- MacNeil, H. (2005) Picking our text: archival description, authenticity, and the archivist as editor. The American Archivist. Chicago: The American Archivist, v. 68, p.264-278, Fall/Winter.
- Mueller, S.; Feith, A.; Fruin, R. (1960). Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Arquivo Nacional.
- Oliveira, L. M. V. de. (2012). Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile Editorial, p. 41-70.
- Rodrigues, G. M. A representação da informação em Arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da Norma Internacional de Descrição Arquivística. In RODRIGUES, G. M., & LOPES, I. L. (orgs.) (2003). Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação. Brasília: Thesaurus.
- Schellenberg, T. R. (2006) Arquivos Modernos: princípios e técnicas. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Sousa, R.T.B. (2014). Alguns apontamentos sobre a classificação de documentos de arquivo. *Brazilian Journal of Information Science: new research trends*, 8, (1/2), p. 1-24.